

ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O FORMAL E NÃO FORMAL: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

SPACE FOR VOCATIONAL TRAINING BETWEEN FORMAL AND NON- FORMAL: CASE STUDY OF THE PUBLIC GOVERNANCE SCHOOL OF THE STATE OF PARÁ

Luciana Rodrigues Ferreira **1**
Laurimar de Matos Farias **2**
Sérgio Castro Gomes **3**

Resumo: O estudo objetiva verificar a dinâmica de atuação das Escolas de Governo (EG) na formação/qualificação dos servidores públicos, com intuito de analisar o modelo de educação implementado nos últimos 20 anos – educação formal ou/e educação não formal de uma Escola de Governança Pública situada no Norte do Brasil. A construção desse processo incluiu pesquisa bibliográfica e documental e mapeamento dos sítios (portais oficiais) de EG estaduais de todo o Brasil e análise documental da Escola de Governo do Pará. Os resultados da etapa de levantamento dos dados observaram que EGP orientaram-se para educação não formal e que ao longo de 20 anos dinamizaram suas atividades, seja em parcerias de diferentes ordens com instituições formais. A EG do Pará consta como a única Escola do Brasil que transitou para a educação formal, com graduação, cursos técnicos e pós-graduação lato sensu, como forma de ampliar a formação continuada de longo prazo, como Instituição de Ensino Superior.

Palavras-chave: Escola de Governo Pública. Formação para o trabalho. Educação não formal. Educação formal.

Abstract: The study aims to verify the dynamics of performance of the Schools of Government in the training / qualification of public servants, in order to analyze the model of education implemented in the last 20 years - formal education or / and non-formal education of a School of Public Governance located in northern Brazil. The construction of this process included bibliographic and documentary research and mapping of state EGP sites (official portals) from all over Brazil and documentary analysis from the Pará Government School. The results of the data collection stage observed that Schools of Government was oriented towards education non-formal and which, over the course of 20 years, have boosted their activities, whether in partnerships of different orders with formal institutions. EGP do Pará is the only school in Brazil that transitioned to formal education, with undergraduate, technical courses and 'lato-sensu' postgraduate courses, as a way to expand long-term continuing education as a Higher Education Institution.

Keywords: School of Public Government. Training for work. Non-formal education. Formal education.

Doutora em Educação, linha de Estado, Política e Formação Humana, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento socioambiental (PPGC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937742192143786>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-0765>.
E-mail: luciana.ferreira@unama.br

Doutor em Educação, Linha de Políticas Públicas Educacionais, pela Universidade Federal do Pará. Professor Classe IV da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5258692547180880>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4503-0380>. E-mail: laurimatos72@yahoo.com.br

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6378345461837988>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1731-8766>. E-mail: scgomes03@uol.com.br

Introdução

O processo de Reforma Administrativa do Estado brasileiro, iniciada em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, estabelece uma ampla relação entre o público e o privado nos serviços públicos e no *modus operandi* dos processos e da forma de trabalho, antes na gestão de cunho burocrático, para um modelo gerencial, concebendo esta relação como necessária para o desenvolvimento do país (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Relação estatratada no Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), que constata a necessidade transferir ou adequar ao setor público o modelo de eficiência e eficácia do seguimento privado, acompanhando um Programa Nacional de Publicização, que fora acolhido pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, com a incumbência de transferir “[...] para o setor público não estatal a produção dos serviços competitivos ou não exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, 1995, p. 13).

Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL – PDRE, 1995, p.11).

Articulações políticas dominadoras, entre Estado e o mercado, trazem para a gestão pública a necessidade de reformas estruturais, fiscais e gerenciais, sustentadas pela ideologia neoliberal que opera condições históricas, desde a década de 1970, para a exaltação do mercado em detrimento do Estado. O neoliberalismo contemporâneo é, “[...] essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 23). Relação que gera a supremacia econômica, política e moral do mercado frente à ação estatal, adotando, assim, o mercado como “[...] base da riqueza, da liberdade, e do desenvolvimento humano.” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 26).

Frigoto (2007) afirma que os preceitos que fundamentam a compreensão de que um Estado democrático se realiza a partir da interação entre os diversos níveis de administração pública e setores sociais, ensejando uma especial atenção à necessidade de capacitar recursos humanos no âmbito do fortalecimento institucional e da capacidade gerencial e operacional, tanto de instâncias públicas como de instâncias privadas.

Sob o princípio da eficiência, evidenciado pela Emenda Constitucional (EC) nº 19 de 04 de junho de 1998, o foco no resultado passa a ter relação com o grau de satisfação do interesse público – “fazer mais com menos”. Neste sentido, o servidor público seria condição primordial para que o processo se implementasse com êxito, pois se observava a necessidade de formação/qualificação dos servidores e gestores públicos, neste caso, para a Nova Administração Pública, por isso a referida Ementa também cria as Escolas de Governo (EG).

Em síntese, a necessidade de capacitação de servidores públicos nasce orientado pela EC n. 19 (BRASIL, 1998), sob o modelo gerencial e estratégicos. Com objetivo de formartalentos humanos, promovendo a geração, assimilação, difusão e aplicação do conhecimento organizacional, por meio de um processo de aprendizagem continuada (SUBRAMANIAM, YOUNDT, 2005).

O discurso no bojo na implementação de universidades corporativas no ambiente privado era sobre a necessidade de se capacitar agentes públicos de todas as instâncias, na perspectiva de uma administração participativa e democrática, buscando qualidade dos serviços prestados, visando a implementação de políticas públicas voltadas para o exercício da cidadania, transparência no exercício de suas ações, imbuindo seus agentes dos compromissos éticos e de responsabilidade para com a sociedade. Assim, o estudo parte da questão: *em que medida as Escolas de Governo*

públicas estaduais dinamizaram sua atuação entre a educação forma e não formal? Objetivando analisar o modelo de educação implementado nos últimos 20 anos – educação formal ou/educação não formal de uma Escola de Governança Pública situada no Norte do Brasil.

Passado mais de 20 anos da legislação de implementa as EG, o trabalho tem a pretensão de contribuir aos estudos sobre formação para o trabalho e reflexão sobre o papel das escolas de formação, qualificação do serviço público, no âmbito da formação “instrucionista”/escolar, como menciona Gohn (2014), como processo de educação formal, contido nos “métodos das escolas” no âmbito do sistema nacional de educação, ou nas estruturas educação não formal: “[...] aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”(GOHN, 2014, p.40).

As EG por sua natureza de formação fora da estrutura gerida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esta no espaço não escolar de educação e originalmente, não formal, embora tenham toda uma estrutura, finalidade e função na formação para o trabalho.

Este artigo se organiza em cinco seções. A primeira por esta introdução, a segunda demonstra o contexto histórico da formação laboral a partir da Reforma do Estado. A terceira seção aborda o aporte metodológico do trabalho, na quarta os resultados da pesquisa. E na quinta as considerações finais.

A formação Laboral Gerencial no Contexto da Reforma do Estado

O processo de implementação das reformas econômicas na América Latina foi marcado por ações de orientação dos organismos multilaterais, entre as quais, destaca-se a reunião de Washington, em 1989, convocada pelo *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, que reuniu diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de representantes do governo norte-americano, para debater sobre a seguinte temática: *Latin American adjustment: how much has happened?*

No Brasil, o esforço em implementar as mudanças propostas em nível internacional, para reforma do aparelho do Estado, teve seu embrião no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), seguiu timidamente no governo de Itamar Franco (1992-1994), tomou força e regulamentação no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), prosseguiu na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e em governos posteriores, por considerar um novo processo de formulação da área pública.

A partir de 1995 foram implementadas, no governo Fernando Henrique Cardoso, reformas estratégicas, ações oficiais com um novo ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que elaborou o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), sob a responsabilidade do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Esse plano tinha por objetivo tornar o Estado compatível com o capitalismo competitivo que produz e trabalha a serviço do mercado flexível e dinâmico, com a bandeira da modernização ligada à eficiência e a produtividade.

O PDRE se tornou pedra basilar para as reformas do aparelho administrativo do Estado brasileiro (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005), com o objetivo de “criar condições para a reconstrução da administração pública” (BRASIL, 1995, p. 6). O argumento principal para justificar a necessidade desta reforma teve por base a superação da administração pública burocrática, herdada da tradição continental européia, baseada em uma visão estadista, hierárquica, processual e autoritária, por uma administração gerencial moderna fundamentada na postura pragmática das mega-empresas.

Nesta concepção gerencial, importa-se menos com os processos e mais com os resultados, para que sejam alcançados com o menor custo, no mais curto espaço de tempo e com a melhor qualidade possível (DI PIETRO, 2005, p. 35). Para discutir a Reforma do Estado brasileiro, principalmente, a partir de 1990, é importante atrelar este processo de reestruturação da sociedade ao contexto histórico do modelo de sociedade e contexto globalizado.

Para Althusser (1985, p. 65), o Estado e sua existência em seu aparelho “[...] só tem sentido em função do poder de Estado. Toda luta política das classes gira em torno do Estado”. Desta forma, o Estado, no contexto da sociedade capitalista, faz parte dessa arena tanto interesses dos representantes do capital e sociedade.

Frigotto (2003) aponta as categorias bases destas organizações como: a sociedade do

conhecimento, a qualidade total, a formação abstrata e polivalente, as quais expressam os limites das concepções da teoria do capital humano e as redefinem sobre novas bases.

Entende-se a reforma, portanto, como a redefinição do papel do Estado, ressaltando um caráter privado no modelo de ação, na qual o Estado:

[...] deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. (BRASIL, 1995, p. 12, grifo nosso).

O servidor público, neste contexto, que amparado pela Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, conta com o processo de seleção de concurso e estabilidade:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência* e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em *cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos*, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988, s/p, grifos nossos).

Encontra-se no discurso de governo atrelado ao modelo burocrático, 'incompatível' com agenda gerencial com foco nos resultados. É neste momento que a EC. 19/1998 torna-se foco na reorganização do trabalho quando institui as Escolas de Governo, justamente por possibilitar que temáticas gerenciais, como gestão por competências, gestão de pessoas no lugar do antigo 'recursos humanos', mapeamento de processos, para dar lugar a revisão da alta burocracia instalada no âmbito público. Dada as EG, portanto, o desafio colossal de formar e qualificar servidores públicos para esse novo Estado que se instalava, no âmbito da educação não formal, pois *a priori*, não se instalava nenhuma normativa ou conexão das EG com o sistema nacional de educação e sua estrutura: educação infantil, básica, superior e de pós-graduação.

A palavra-chave da formação para o trabalho é competência, de servidores e colaboradores públicos (cargos de confiança), justamente por ser um dos termos gerenciais implementados com a reforma gerencial, entre outros como: gestão de pessoas, mapeamento de processos, gestão por resultados e gestão por competências.

A competência implementada pelas EG esta baseada na corrente teórica de estudiosos franceses, como Le Boterf (1999) e Zarifian (1996), que relaciona a competência às realizações das pessoas em determinado cenário, ou seja, àquilo que o indivíduo produz no trabalho.

Para Dutra (2004) essa corrente relaciona competência como a capacidade de uma pessoa gerar resultados dentro dos objetivos organizacionais que relaciona a competência como um acervo de qualificações (conhecimento, habilidade e atitude). Desse modo, a atuação das EG deveria coadunar na formação gerencial voltada para competências que expressassem os conhecimentos, habilidades e atitudes do desempenho profissional.

Metodologia

A metodologia para composição do estudo foi de natureza exploratória, e a construção

metodológica combinou a abordagem qualitativa e quantitativa de forma complementar, esse arranjo metodológico é conhecido na literatura como método misto (CRESWELL, 2010) por possibilitar a captura das percepções dos sujeitos da pesquisa de maneira à melhor qualificar a informação produzida a partir da aplicação de métodos quantitativos que resultam da sistematização dos dados e da identificação dos padrões de ocorrência das principais variáveis.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: a) estudo bibliográfico com mapeamento de autores orientados por três descritores de busca: escolas de governo, reforma do estado, educação não formal; b) mapeamento dos sítios eletrônicos das escolas de governo do Brasil, com vistas a verificar a forma de atuação e o modelo de educação que empregam; c) pesquisa documental na escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA): relatório de Gestão, Lei de Criação, Portaria e Documentos de credenciamento junto ao Conselho estadual de Educação do Estado do Pará, Projeto Político Pedagógico (2007) e Planejamento Estratégico Institucional (2019).

Critérios de Seleção da Amostra

O estudo optou por aprofundar o estudo em EG publicas estaduais que: a) a primeira com autorização para funcionamento do ensino superior, por meio de graduação própria, b) que transitasse entre a educação formal e não formal. No mapeamento inicial de dados, observou-se 26 (vinte e seis) Escolas de Governo Estaduais e 1 (uma) do Distrito Federal. Destas, quatro apresentaram atuação na graduação, conforme Quadro abaixo:

Quadro 1. Seleção de Escolas de Governo com Graduação própria.

ESCOLAS DE GOVERNO	GRADUAÇÃO	Instituição que Certifica	ANO/ Autorização
Escola de Governo do Distrito Federal (Egov)	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Escola Superior de Gestão (ESGe)	2017
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho — Minas Gerais;	Administração Pública e tecnologia em gestão pública	Própria	2015
Escola de Governo do Rio Grande do Norte (EGRN)	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	IFRN – Campus Natal-Central.	2007
Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA)	Tec. em Gestão Pública e Tecnólogo em Secretariado	Própria	2013/2019

Fonte: Trabalho de Campo, 2020.

Pode-se observar que a Escola de Governo do Rio Grande do Norte (EGRN) é a instituição com oferta mais antiga de graduação, porem, desde sua primeira versão se dá em processo licitatório ou em parceria, atualmente com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Depois vem a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), com oferta de cursos de especialização (pós-graduação lato sensu) desde 2003 em formato de licitação, passa a ser autorizada como Instituição de Ensino Superior (IES) em 2013, por meio do Parecer 622/2013 e Resolução 750 (EGPA, 2019).

A análise da amostra (documentos) foi submetida a tratamento estatístico empregando o programa Microsoft Excel, do Office XP. Para o tratamento dos dados, empregou-se, de acordo com a adequação de análise descritiva dos dados, com média aritmética, desvio padrão, erro padrão, mediana, modo, variância, além de montagem de histograma confrontando bloco e frequência em relação a atuação das EG do país.

As Escolas de Governo como Espaço de Educação não-formal

Entende-se por educação formal aquela que compreende o sistema de ensino brasileiro, com um conjunto de elementos coordenados entre si e formando um todo, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996). Quando se fala em sistemas de ensino, refere-se

a um conjunto de escolas, organizadas em redes municipal, estadual ou federal. Desse modo, a escola proporciona conhecimento em caráter intencional e sistemático, por meio de uma estrutura, normatização e organização escolar previamente delineada pelo Ministério da Educação (MEC).

Embora haja relatos e pesquisas que caracterizam a importância histórica da educação informal, que se dá ao longo da vida, dinamizando-se com o desenvolvimento histórico da humanidade, e que segundo Gohn (2014, p.29), é responsável pelo “processo de socialização do indivíduo”. A proposta desde Programa é transitar pelo campo da educação formal e não formal.

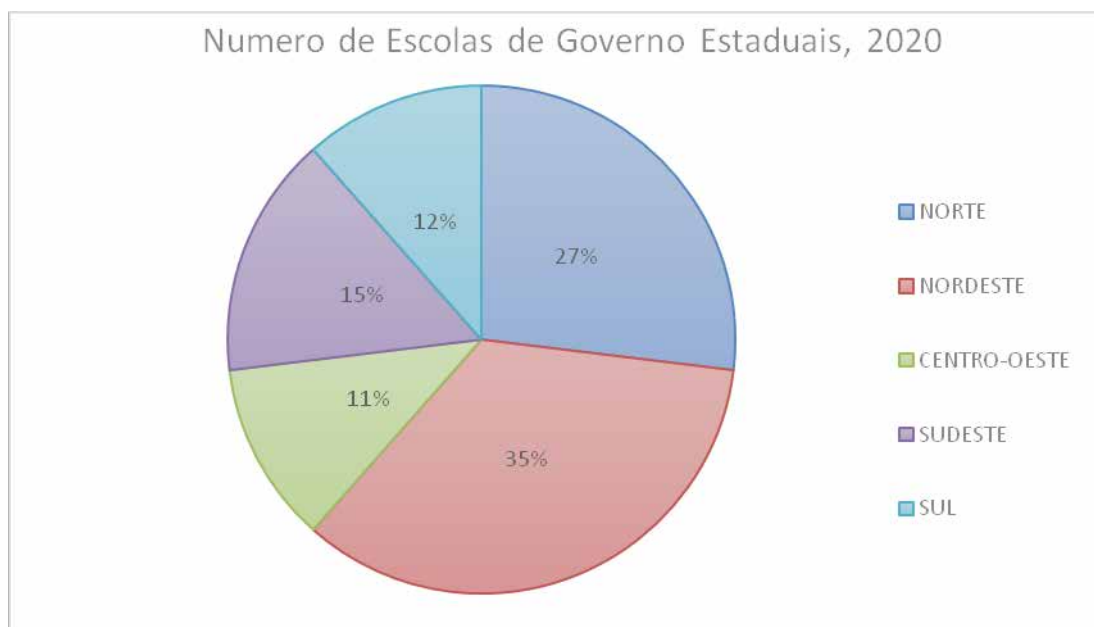
Para Forquin (2008), a ‘escola’, como espaço primordial da educação formal, “não ensina senão uma parte extremamente restrita de tudo o que constitui a experiência coletiva da humanidade”, configurando o saber sistematizado, com ação pedagógica intencional e planejada. Desse modo, a educação não formal assume grande relevância, pois é aquela que se desenvolve nos mais variados espaços e ‘fora do sistema nacional de educação’ desenvolvem a formação humana, orientado pela visão ampliada do campo da educação, com possibilidade de inserção na comunidade e desenvolvimento de projetos inovadores.

Nestes casos estão escolas de formação para trabalho, como as Escolas de Governo, implementadas pela Ementa Constitucional em nº 19/1998, como espaços de formação/qualificação para o trabalho, na mesma função temos escolas fazendárias, universidades corporativas, etc.; neste campo da educação não formal também atua as universidades populares, que oferecem livre formação “socioprofissional” entendem o processo de formação e aprendizagem como necessidade para o cotidiano e saberes dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

Tal feito tomou uma proporção singular de expansão de instituições governamentais para direcionadas às aprendizagens corporativas e acadêmicas de formação para o trabalho. Com a justificativa sobre as necessárias mudanças da administração pública burocrática para a administração gerencial as Escolas de Governo passam a atuar em todas as regiões do Brasil.

Ao mapear a existência e atuação das EC do Brasil, apresenta-se da seguinte forma:

Gráfico 1. Panorama de atuação das Escolas de Governo Estaduais por região do Brasil, 2020.



Fonte: Portais Oficiais das EG (2020). Elaborado pelos autores.

Foram encontradas 27 instituições denominadas como escolas de Governo Estaduais, com maior concentração em números no Nordeste (Cf. Gráfico 1). Uma dessas denominada de Escola de Governança (e não de Governo) localizada no Estado do Pará, mas também no âmbito estadual, sendo a única com autorização por meio do Conselho Estadual de Educação-CEE a atuar na forma

de ensino, como Instituição de Ensino Superior.

Aires *et al* (2014), em investigação exploratório sobre “Escolas de governo: o panorama brasileiro”, apresentam um levantamento das atividades declaradas das escolas de governo do Brasil também por região geográfica, consideram que:

[...] as escolas de governo atuam como impulsionadoras de uma administração ágil e voltada para o cidadão ou para finalidades e missões estrategicamente definidas para suas instituições, é importante que elas se posicionem como as *escolas corporativas de gestão dos governos, se antecipando em busca de novas tendências e melhores práticas, exercendo um papel de relevância e influência na própria formulação das políticas voltadas para melhoria da gestão*, atuando na adaptação dessas ferramentas ao contexto do setor público, além de possuírem valores e indicadores de desempenho próprios (AIRES *et al.* 2014, p. 1010).

O excerto demonstra o papel protagonista das Escolas de Governos na gestão pública. Pacheco (2002) corrobora com a visão que estas instituições devem prospectar conhecimento e tecnologias gerenciais em sua melhor performance, muitas destas, previamente desenvolvidas no setor privado, pelo próprio contexto de gestão gerencial que as escolas foram criadas, mas que tenham a capacidade de contextualizar este *know-how* às especificidades das organizações públicas.

A Educação formal e não formal na Escola de Governança Pública do Estado do Pará

A Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA) é responsável pela promoção do desenvolvimento e valorização do servidor público no Estado, no sentido pleno da palavra, de modo que possa cumprir a missão de propor e executar políticas públicas de formação, desenvolvimento de pessoas e produção de conhecimento para o fortalecimento da governança pública, visando o progresso social no Estado do Pará. Com a visão de “Ser referência em Governança Pública visando progresso social do Estado do Pará”.

O contexto histórico da EGPA, constituída por Lei em 2003 (Lei nº 6.569), como autarquia tem por alicerce o avanço ininterrupto em seus projetos de capacitação durante mais de 15 anos de existência, em que o alcance dos programas de formação profissional e valorização foram voltados aos agentes públicos que atuam no Estado. No serviço público, o papel de atuação na formação continuada e aprendizagens corporativas estão estreitamente ligadas com dois processos históricos de atuação do Estado: a Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, que deu o tom de uma agenda gerencial pautada na eficiência institucional e que abrigou todo o processo de reorganização labor público; e, a nova abordagem de gestão estatal, de meados dos anos 2000, com agenda da Governança Pública, que gera na EGPA expectativas de novos espaços de atuação e protagonismo.

O primeiro registro de uma proposta de um espaço institucional específico para formação e qualificação de servidores públicos no Estado do Pará é de 1994, quando foi enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará um Projeto de Lei que visava a criação de uma ‘*Escola de Serviço Público do Estado do Pará*’, com o objetivo de “corporificar e sistematizar as ações isoladas e eventuais de treinamentos realizados por órgãos públicos estaduais” (EGPA, 2013, p. 2). A ideia foi implementada com a criação do ‘*Programa de Desenvolvimento e Valorização do Servidor (PDVS)*’, pelo Grupo de Trabalho instituído por Decreto Estadual, em 11 de setembro de 1997 – Decreto nº. 2.340, vinculado a Secretaria de Estado de Administração (SEAD), que proporcionou a elaboração de cursos de formação e capacitação dos servidores públicos estaduais.

Em observância à Constituição Federal (EC. 14/1998), a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA) fora efetivamente criada por meio da Lei nº 6.569 de 06 agosto de 2003, como espaço autarquia sob o objetivo de “propor diretrizes e políticas para a formação, a capacitação, o treinamento e o desenvolvimento dos servidores, empregados e gestores públicos no Estado do Pará” (EGPA, 2003, p.01). Sendo, neste momento, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Gestão, incorporando-se todas as ações remanescentes do PDVS.

Somos a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), uma autarquia do Governo do Estado, vinculada à Secretaria de estado de Administração (SEAD). Em observância à Legislação Federal, a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA) fora efetivamente implementada por meio da Lei nº 6.569 de 06 de agosto de 2003, como espaço institucional com o objetivo de “propor diretrizes e políticas para a formação, a capacitação, o treinamento e o desenvolvimento dos servidores, empregados e gestores públicos no Estado do Pará” (EGPA, 2003, p.01). Como autarquia dispõe de autonomia institucional e de maior estrutura organizacional que correspondesse satisfatoriamente ao aumento da demanda por qualificação.

Neste contexto, a EGPA passa, a partir de 2011, à proposta de ampliar uma gestão pública democrática e estratégica, reorientada para a ampliação de suas ações de qualificação e valorização do servidor público e assumiu o desafio de construir uma proposta político-pedagógica que pudesse articular a *formação continuada dos cursos livres*, de 20h e 40h, como expertise inicial e fundante, com *formação de longo prazo* de caráter teórico-prático – na formação profissional especializada. Neste período, organiza-seo ‘*Instituto de Formação Profissional e Superior da Escola de Governo do Estado do Pará*’ (ISEG/PA), constituído em 2013, com o credenciamento da EGPA como instituição superior, por meio da autorização pelo Parecer 622/2013 e Resolução 750 de 12 de dezembro de 2013.

Com o DISEG a Escola passa a agregar aos cursos de qualificação três vertentes de formação em longo prazo:

a) formação profissional técnica e tecnológica, tendo como base a formação pragmática e para o desenvolvimento laboral especializado, atualmente desenvolvido pelo Centro de Graduação e Cursos Profissionalizantes (CGP); e a

b) formação especializada - pós-graduação lato sensu, por meio de especialização em *Gestão Pública* e as diversas ênfases que a Gestão, como Governança, Políticas públicas e Pessoas. Inicia-se com a chancela de certificação da EGPA em 2015, com oferta de cursos próprios ou em *company* com outros órgãos¹. Os cursos têm o objetivo, entre outros, de melhorar os processos organizacionais, favorecendo as tomadas de decisões e de fomentar ações capazes de atender as reais demandas dos cidadãos que buscam serviços públicos mais eficientes, e mais recentemente, em Gestão de Conhecimento nas Organizações.

c) formação em Pesquisa, orientada pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Estratégicos em Governança Pública, que busca reunir pesquisadores doutores e servidores públicos efetivos do Estado do Pará que tenham foco de suas pesquisas sobre a análise da atuação do espaço público, o processo de governança, em suas diversas dimensões e aprendizagens institucionais para expor e ampliar o debate, com as especificidades territoriais e de desenvolvimento da Amazônia. Além disso, tem como princípio contribuir internamente em: a) observar o impacto da Escola na sociedade (pesquisa de egressos); e, b) auxiliar no Planejamento Institucional com novas metodologias e tecnologias na composição do diagnóstico organizacional.

Em 2015, a EGPA, por força da Lei nº 8.096 de 1 de janeiro

¹ Entre 2017 e 2018 a EGPA realizou cursos em parceria direta para formação de servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) com 110 servidores certificados. E em andamento com quatro turmas do Tribunal de Justiça do Estado do Para (TJ/PA) com 119 concluintes para dezembro de 2019.

de 2015, passa de “Escola de Governo” para ‘Escola de Governança Pública do Estado do Pará’, a continuar com a mesma sigla – EGPA –, contudo, a mudança não foi somente uma proposta sutil, tratou-se justamente de demarcar uma nova proposta de governo, que baseado no modelo de Gestão por Governança, compreende a necessidade e o diferencial de um espaço de formação que assuma a política de Gestão e Formação do Estado.

A EGPA conta com um quadro funcional de 78 servidores, conforme Quadro 1 abaixo, os mesmos se encontram dentro de um padrão de qualificação em nível superior elevado. Toda a organização da instituição em setores de execução, de planejamento, estratégico administrativo e de pessoas.

Quadro 1. Número de Servidores da EGPA, 2019.

SERVIDORES		QUANTIDADE
Nível Superior	Doutores	03
	Mestres	04
	Especialistas	17
Nível Médio (13 graduados)		14
Nível Fundamental		04
Procurador		02
Cargo Comissionado		26
Cedido à EGPA		08
TOTAL DE SERVIDORES		78

Fonte: EGPA (2019).

Este quadro de funcionários e colaboradores demonstra o número reduzido de servidores para o tamanho de suas ações, que realiza trabalhos como: programas e projetos de formação e aperfeiçoamento profissional proporcionando ferramentas e instrumentos aos servidores públicos paraenses para o desempenho com qualidade da prestação de serviços públicos à sociedade. O que nos leva a entender o quão importante deve ser a otimização dos trabalhos e melhor organização das atividades da Escola.

A EGPA desenvolve ações e demandas nos diversos segmentos relacionados à proposta da educação continuada. São programas abrangentes que têm por objetivo:

- a) atender a formação do servidor a curto, médio e longo prazo;*
- b) atender as demandas da gestão estadual e municipal; e*
- c) fomentar a produção de conhecimento sobre o campo de pública.*

Todo esse trabalho é possível realizar orientado por 11 áreas de atuação, pensadas com base nos programas e nos objetivos apresentados acima. **A proposta de áreas de atuação na oferta de cursos** foi elaborada considerando os documentos estratégicos do atual Governo e o histórico de curso e atividades desenvolvidas pela EGPA no mapeamento realizado, conforme se apresenta a seguir.

Quadro 3. Proposta de atuação por área e linhas de programas

	AREA DE ATUAÇÃO DA EGPA	LINHAS E PROGRAMAS
1	Governança, Gestão Estratégica e Liderança	1. Cursos de Qualificação Abertos - Presenciais e à Distância; 2. Cursos de Qualificação em Parceria (In Company); 3. Articulação em Municípios; 4. Eventos e Ações de Valorização; 5. Instituto Superior; 6. Pesquisa.
2	Gestão de Pessoas e Qualidade do Trabalho	
3	Gestão Financeira e Orçamento Público	
4	Desenvolvimento da Educação	
5	Assistência Social, Habitação e Saúde	
6	Infraestrutura, Logística e Serviços	
7	Segurança Pública e Militar	
8	Turismo, Hospitalidade, Lazer e Cultura	
9	Inovações, Tecnologia, Informação e Comunicação	
10	Controle, Processos e Avaliação de Resultados	
11	Meio Ambiente e Sustentabilidade	

Fonte: EGPA (2020).

Essa proposta de atuação da EGPA ajudou a instituição a pensar sua formatação no campo da **educação formal**, voltada para dois elementos chaves: Diretoria do Instituto de Formação Profissional e Superior (DISEG) que vincula a responsabilidade sobre os cursos técnicos profissionalizantes, graduação tecnológica e pós-graduação lato sensu (especialização), e passa a organizar oferta de formação continuada. O outro ponto de base para a educação formal é a pesquisa, sob responsabilidade do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Estratégicos em Governança Pública (CEPPE), que busca reunir pesquisadores docentes, que sejam servidores públicos efetivos e que tenham foco de pesquisa na análise da atuação do espaço público, no processo de governança, em suas diversas dimensões, e nos campos de aprendizagens institucionais, por meio do “Observatório de Governança Pública”.

Para a **educação não formal** fica vinculado os cursos abertos (presenciais e à distância), composto de capacitações e formação continuada de curta duração, ofertadas em programações mensais, com carga horária de 20 a 40 horas e acontecem na sede da EGPA, nos turnos pela manhã e a tarde. A pesquisa demonstrou um conjunto de oferta, de 2006 a 2019 de 1.195 cursos cadastrados, com proposta muito variável de Carga Horária, de 1 a 300h e nomenclaturas diferentes, representando uma significativa quantidade de cursos, com título muito próximo, e publico de diferentes instituições e níveis, na capital e em 104 municípios.

Contudo, ao analisar a rotatividade dos cursos e turmas (numero de vezes em que foi ofertado), selecionou-se no sistema cursos de 20h, por exemplo, apresentando o seguinte resultado:

- 251 cursos no total;
- 818 turmas cadastradas, sendo:
- 108 cadastrados uma única vez, ou seja, foram cadastrados para uma única turma sem nenhuma nova oferta nos últimos 8 anos.
- 98 cursos com duas ofertas,
- 37 cursos ofertados a pelo menos, 3 turmas.

O que significa que o cerne das orientações seguiram na última década a mesma linha de cursos, com apenas 37 ofertados mais de três vezes.

Os cursos abertos são ofertados para servidores públicos estaduais e municipais (cujas prefeituras possuam Acordo de Cooperação Técnica vigente com a autarquia). As formações à distância são realizadas pela plataforma própria EaD/EGPA. Podem ser ofertados via solicitação

de qualquer órgão da administração estadual ou de outras esferas (in company), cujos cursos são formatados para atender as necessidades pontuais, com carga horária e conteúdo programático diferenciado, além de formatação de palestras, oficinas e eventos, por isso o número expressivo de cursos ofertados uma única vez.

Os eventos e ações de valorização, também são computados na educação não formal, por considerar como parte sistemática dos processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva “[...] adquirida a partir das experiências em ações coletivas” (GOHN, 2014, p.41). Sendo esta função orientada por setor específico que objetiva estimular às expressões tanto profissionais quanto pessoais e artísticas daqueles que compõem o corpo da administração, focando na valorização do servidor público, não se limitando à oferta de entretenimento e sim proporcionando espaços para cursos, momentos literários, o canta servidor, e atualmente lançado em 2020 o inova servidor, premiação voltada as equipes de servidores públicos com atuação e propostas diferenciadas na valorização e gestão de pessoas e processos de gestão.

A educação, portanto, é entendida como uma *situação gnosiológica*, um ato de conhecimento que, segundo Freire (1971), é constituído em forma de um ciclo que comporta dois momentos, sendo o primeiro o da aprendizagem do saber produzido e o segundo a construção de novos saberes, a partir da qual avança o conhecimento e a sociedade.

Pode-se afirmar que a EGP nasce grande e com o desafio de contribuir na promoção, desenvolvimento e valorização dos recursos humanos da administração pública estadual num Estado de tamanho continental e com assimetria econômica e de acesso de toda ordem. A sustentabilidade de suas estratégias de ação deve observar os níveis compatíveis com as exigências do projeto público de desenvolvimento para o Estado.

Considerações Finais

O termo educação, neste projeto pedagógico, designa uma *prática social* de formação humana, cultural e profissional, um processo de interação intersubjetiva em que se entrelaçam saberes, competências, visões de mundo, experiências e práticas, com uma contextualização política, social e histórica específica.

Parte do pressuposto de que o ser humano vive um constante processo de aprendizagem, possuindo a educação uma dimensão existencial e histórica, pois inaugura um movimento contínuo, ininterrupto e inexorável: o ato de ensinar e aprender. Por meio da educação, o ser humano internaliza – em forma de aprendizagem – o saber historicamente construído e, ao mesmo tempo, produz conhecimento para as gerações sucessoras.

Em uma perspectiva humanista, a educação, mesmo que num processo de reestruturação de Estado, com modelos burocrático, gerencial e de governança caminhando juntos. As EG tiveram que se reinventar no processo de formação e qualificação de servidores públicos. Demanda complexa que para além de cursos de formação específica (não formal) também se orientam para uma formação continuada de longo prazo, no âmbito da educação formal, no sentido de uma formação ética para a vida coletiva, possuindo uma dimensão atitudinal de respeito ao ser humano, às subjetividades e às diferenças, visando uma sociedade solidária, democrática e multicultural.

Neste sentido, afigura-se o papel político que a educação assume, podendo, dialeticamente, servir à manutenção do *status quo* e das desigualdades sociais, ou estar a serviço de um projeto de transformação da sociedade, instaurando uma forma de sociabilidade solidária, ecológica, sustentável e verdadeiramente democrática.

Referências

AIRES, Renan Felinto de Farias et al. Escolas de Governo: o panorama brasileiro. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 1007-1027, Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 Jul, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121689>.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que mencionam e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências - **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Casa Civil, Brasília/DF 18 mai, 1998.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, novembro 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRYSON, J.M.; ROERING, W.D. **Initiation of Strategic Planning by Governments**. Public Administration Review, Vol. 48, No. 6, pp. 995-100. (Nov. - Dec., 1988).

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público e privada e outras formas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DUTRA, J. S. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, 208 p. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA, 11(21/22), 305-310. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/903>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Revista Investigar em Educação. II a Série, Número 1, 2014, p. 35-50. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4/4>. Acesso em 10 jan. 2019.

LE BOTERF, G. **Compétence et navigation professionnelle**. Paris: Éditions d'Organisatio, 1999.

ROMANO, Roberto. **Reflexões sobre a universidade**. In: SILVA, MariaAbádia; SILVA, RonaldBarreto (Orgs.). **A idéia de universidade**. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 17-47.

PACHECO, Regina Silva. **Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002**. Revista do Serviço Público Ano 53 Número 4 Out-Dez 2002.

SADER, Emir; LEHER, Roberto. **Público, estatal e privado na reforma universitária**. 19 jun. 2006. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/30051>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

SATHLER, L. **Governança no terceiro setor: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil**. São Paulo, Tese (Doutorado) –

Universidade de São Paulo, 181p., 2008.

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas.** Rev. Civitas. Porto Alegre, v. 5, n. 1. jan.-jun. 2005. p. 29-58.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do estado e mudanças na produção.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 2005.

SUBRAMANIAM M., YOUNDT, M. A. **The influence of intellectual capital on the types of innovative capabilities.** Acad Manage J 2005 48(3), p.450–63.

ZARIFIAN, Philippe. A gestão da e pela competência. In: **Seminário educação profissional, trabalho e competências.** Rio de Janeiro: Centro Internacional para a educação, trabalho e transferência de tecnologia, mimeo, 1996.

Recebido em 01 de março de 2020.

Aceito em 17 de março de 2020.